Artigo 117 Código Penal Comentado: Análise das Causas Interruptivas da Prescrição

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | 26/12/2024



Compreender as causas interruptivas da prescrição no direito penal é essencial para profissionais e estudantes da área. O Artigo 117 do Código Penal traz clareza sobre esse mecanismo jurídico, descrevendo as situações em que o curso da prescrição é interrompido. **O curso da prescrição interrompe-se, por exemplo, pelo recebimento da denúncia ou pela publicação de uma sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.**

Essas interrupções são fundamentais para garantir que crimes não caiam no esquecimento antes da conclusão do processo. Com a interrupção, o tempo necessário para que o estado perca o direito de punir não corre, reforçando, assim, a efetividade das punições. Interpretar corretamente cada causa listada no Artigo 117 é essencial para uma aplicação justa e precisa das leis penais.

Frequentemente, mudanças legislativas e disputas jurídicas podem influenciar a interpretação e aplicação desse artigo. Ficar por dentro de tais alterações é crucial para assegurar que interpretações meticulosas se alinhem com o que a legislação atual oferece.

Principais Pontos

- Causas interruptivas são essenciais para o direito penal.
- O Artigo 117 destaca várias situações de interrupção da prescrição.
- Mudanças legais podem impactar sua interpretação e aplicação.

Conceito de Prescrição Penal



A prescrição penal desempenha um papel crucial no sistema jurídico brasileiro, encerrando a possibilidade de punição após um determinado período. Essa seção explora os princípios fundamentais da prescrição penal, incluindo suas definições e objetivos.

Definição de Prescrição

Prescrição penal refere-se à extinção do direito do Estado de punir devido ao decurso do tempo. Ao longo desse intervalo, a

possibilidade de aplicar sanções legais e processar penalmente um indivíduo é anulada. No contexto brasileiro, o **Código Penal** especifica os prazos relativos à prescrição, dependendo da gravidade da infração.

Esses prazos se iniciam a partir do cometimento do delito e podem ser interrompidos por eventos como o recebimento de denúncia, conforme disposto no artigo 117 do Código Penal. A prescrição busca garantir que a justiça seja servida dentro de um tempo razoável, impedindo que acusações indefinidamente pendam sobre um indivíduo.

Objetivo da Prescrição

O principal objetivo da prescrição penal é proporcionar segurança jurídica e estabilidade social. Ela assegura que as acusações sejam feitas e os julgamentos ocorram dentro de um tempo que permita um julgamento justo, sem que provas e testemunhos percam relevância.

Além disso, a prescrição impede abusos por parte do Estado, evitando que processos penais sejam usados indefinidamente como meio de pressão. Ela também reflete o reconhecimento de que, após um certo período, a punição pode não ser mais justificada socialmente, levando à reabilitação e reintegração do indivíduo na sociedade.

Artigo 117 do Código Penal

O Artigo 117 do Código Penal brasileiro trata das causas interruptivas da prescrição penal. Essas causas são essenciais para garantir que o Estado tenha a oportunidade de cumprir com seu dever de aplicar a lei, assegurando a execução das penas dentro do prazo adequado.

Estrutura do Artigo

O Artigo 117 está dividido em incisos que especificam

situações que interrompem a prescrição penal. Estas incluem o recebimento da denúncia, a pronúncia, a decisão confirmatória da pronúncia, e a publicação da sentença ou acórdão condenatórios. Além disso, o início ou continuação do cumprimento da pena é um **marco interruptivo** significativo.

Esses incisos visam garantir que o curso do processo penal não seja prejudicado por atrasos injustificados. A interrupção reinicia a contagem do prazo, proporcionando ao sistema penal os meios para manter a ordem e a integridade dos julgamentos.

Importância do Artigo 117

O Artigo 117 desempenha um papel crucial na administração da justiça penal. Interromper a prescrição garante que a execução das penas não seja afetada por fatores externos, permitindo que processos não sejam encerrados prematuramente devido a erros procedimentais ou atrasos, isso previne a impunidade ao assegurar que condenações possam prosseguir sem interrupções indevidas.

Essas disposições refletem o compromisso do Estado em exercer o poder punitivo de forma eficaz, promovendo a justiça e evitando falhas no sistema penal. Assim, o artigo não apenas defende os direitos da sociedade, mas também protege o direito ao devido processo legal para os acusados.

Causas Interruptivas da Prescrição

As causas interruptivas da prescrição são momentos específicos que reiniciam a contagem do prazo prescricional. Esses eventos são definidos legalmente e sua ocorrência tem efeitos significativos nos processos judiciais, evitando que o direito de punir do Estado seja extinto pela passagem do tempo.

Conceitos das Causas Interruptivas

As causas interruptivas da prescrição são fundamentos legais

que pausam o tempo de prescrição de um crime, permitindo que o prazo inicie novamente. O principal objetivo dessas causas é garantir que a justiça não seja prejudicada pelo simples decurso de tempo.

Entre essas causas, destaca-se o recebimento da denúncia, que formaliza a acusação e portanto zera o prazo prescricional. A pronúncia, decisão que leva a um julgamento por júri, também é uma causa significativa, indicando que há elementos suficientes para prosseguir com o processo.

A interrupção na prescrição é vital para assegurar que a aplicação da lei não seja frustrada por adiamentos processuais. Cada interrupção reinicia o prazo de prescrição, promovendo a eficiência judicial e assegurando que as sentenças sejam alcançadas.

Tipos de Interrupção da Prescrição

Diversos eventos podem interromper a prescrição conforme o Artigo 117 do Código Penal. Os tipos incluem o recebimento da denúncia, que representa a aceitação formal do caso pela Justiça. Outro exemplo é a pronúncia, determinando a sujeição do réu a um julgamento.

Além disso, a publicação de uma sentença ou acórdão condenatório também figura entre esses tipos, marcando o reconhecimento judicial da culpabilidade. Em alguns casos, a reincidência do réu pode resetar o prazo prescricional, assegurando que ele não se beneficie indevidamente de crimes passados.

Essas interrupções são fundamentais para que o Estado mantenha seu direito de aplicar as sanções penais previstas, assegurando a justiça ao longo do tempo.

Aplicabilidade do Artigo 117



O Artigo 117 do Código Penal aborda especificamente as causas que podem interromper a prescrição penal. Esta seção explora como estas causas são aplicadas em contextos reais e como a jurisprudência tem interpretado este artigo de maneira prática.

Casos Práticos

No contexto jurídico, a aplicabilidade do Artigo 117 do Código Penal se manifesta em várias situações concretas. Por exemplo, o recebimento da denúncia é um momento crucial, já que marca a interrupção da prescrição. Esta ação reinicia a contagem do prazo prescricional.

Outro caso prático envolve a pronúncia e a decisão confirmatória da pronúncia, ambas consideradas marcos interruptivos. Estes eventos, no curso do processo penal, garantem que a justiça possa ser buscada sem ser afetada por limites temporais que liberariam o acusado com base no tempo. Além disso, a publicação de sentenças ou acórdãos condenatórios também desempenha um papel crítico no processo,

marcando etapas significativas no curso da prescrição.

Interpretação Jurisprudencial

A interpretação jurisprudencial do Artigo 117 é fundamental para entender sua implementação coerente. O Tribunal Superior muitas vezes analisa como as causas interruptivas têm sido aplicadas, conforme evidenciado em decisões que não permitem a ampliação do rol de causas interruptivas de forma análoga.

A jurisprudência tem afirmado consistentemente que o acórdão que confirma ou reduz a pena não constitui novo marco interruptivo, reforçando que certas decisões não afetam a contagem da prescrição. Compreender a postura dos tribunais é essencial para advogados e partes envolvidas em processos criminais, assegurando que o Artigo 117 seja aplicado de maneira justa e adequada em cada caso específico.

Impacto do Artigo 117 no Processo Penal

O Artigo 117 do Código Penal define as situações que interrompem a prescrição penal. Esses marcos são cruciais tanto para o desenvolvimento das etapas processuais quanto para assegurar as garantias do réu, influenciando diretamente o tempo para que o Estado possa exercer seu direito de punir.

Desenvolvimento Processual

No contexto do processo penal, o desenvolvimento processual é significativamente impactado pelos marcos interruptivos do Artigo 117. Quando eventos como o recebimento da denúncia, a pronúncia ou a publicação de sentença condenatória ocorrem, o curso da prescrição é reiniciado. Tais eventos asseguram que os processos não fiquem indefinidamente suspensos e permitem que o sistema penal funcione eficientemente.

A interrupção da prescrição implica que o prazo para o Estado punir volta a contar do zero. Isso garante que investigações sejam concluídas e julgamentos sejam realizados em tempos adequados. O reinício do prazo cria um ambiente processual que busca um equilíbrio entre a celeridade processual e a duração razoável dos processos.

Garantias do Réu

As garantias do réu também são influenciadas pelo Artigo 117, já que a interrupção da prescrição protege contra julgamentos indevidamente prolongados. Ao resetar os prazos, o artigo exige que o Estado atue sem letargia. Isso impõe limites temporais ao exercício do direito penal, promovendo um julgamento justo e célere.

O réu, assim, é preservado de enfrentar acusações indefinidamente. As interrupções prescricionais, ao mesmo tempo que prorrogam o prazo para um julgamento, também certificam que esse prazo seja devidamente justificado com ações processuais concretas. Dessa forma, o texto legal busca assegurar o equilíbrio entre a busca pela justiça e os direitos fundamentais do acusado.

Reflexos na Aplicação da Pena

As causas interruptivas da prescrição influenciam diretamente a aplicação da pena, evitando a extinção da punibilidade. Quando ocorre uma interrupção do prazo, o tempo para que o crime possa ser punido é reiniciado, assegurando que o processo penal continue em andamento.

Esses reflexos são significativos, especialmente em processos complexos ou com múltiplos réus. Quando uma causa interruptiva ocorre, como **o recebimento da denúncia** ou **pronúncia do réu**, o prazo prescricional reinicia, aumentando as chances de aplicação efetiva da pena.

Um exemplo prático é a importância dessas causas em casos com coautoria, garantindo que todos os envolvidos possam ser responsabilizados adequadamente. A interrupção, especialmente pela **publicação da sentença ou acórdão condenatório** recorrível, impede que um processo extenso leve à impunidade devido à prescrição.

O impacto das causas interruptivas também se observa em benefício da equidade no julgamento. Elas asseguram que não apenas os réus, mas também as vítimas vejam o curso normal do processo até seu término, respeitando o devido processo legal. Utilizar essa estrutura permite que o direito penal militar, por exemplo, se mantenha eficaz e justo.

Dessa forma, a interrupção adequada da prescrição serve como instrumento fundamental na manutenção da justiça penal, proporcionando estabilidade ao sistema jurídico e evitando inequidades. As regras estabelecidas no Artigo 117 são essenciais para evitar que crimes não sejam adequadamente punidos por mero decurso de tempo.

Meios de Controvérsias e Discussões

O **Artigo 117 do Código Penal** é frequentemente objeto de debate jurídico. Uma questão comum é a interpretação das causas interruptivas da prescrição, especialmente em casos de decisões condenatórias.

A aplicação de *acórdãos* condenatórios que confirmam sentenças é um ponto de divergência. De acordo com alguns juristas, tais decisões devem ser claramente classificadas sob o inciso IV do artigo, mas há discordância sobre se a modificação da pena também interrompe a prescrição.

A questão de coautoria e crimes conexos gera controvérsias. O Artigo 117, §1°, menciona que a interrupção afeta todos os autores do crime, exceto em alguns casos. Juristas debatem como isso se aplica a crimes complexos e de múltiplos réus.

Tabelas de Interrupção:

Inciso	Causa de Interrupção
I	Recebimento da denúncia ou queixa
II	Pronúncia
III	Decisão confirmatória da pronúncia
IV	Publicação de sentença ou acórdão condenatórios

Além disso, há discussões acerca da aplicação prática das normas nos tribunais, especialmente quando se trata de crimes graves versus crimes menos impactantes. A complexidade jurídica do processo penal contribui para uma rica variedade de interpretações e práticas judiciais.

Esses debates são fundamentais para a evolução do direito penal brasileiro, promovendo uma análise crítica do **Código Penal** e suas implicações práticas.

Alterações Legislativas Recentes



Nos últimos anos, o **artigo 117 do Código Penal** passou por significativas alterações legislativas que impactaram as

causas interruptivas da prescrição.

Lei nº 11.596/2007: Esta lei modificou o inciso IV do artigo 117, removendo a interrupção da prescrição pela sentença condenatória recorrível. Anteriormente, tal sentença podia interromper o curso da prescrição, influenciando prazos e procedimentos judiciais..

Outro ponto importante é a decisão do **STJ**, que esclareceu que acórdãos confirmatórios de pronúncia não são causas interruptivas da prescrição. Essa decisão trouxe maior clareza sobre casos específicos, fortalecendo o entendimento judicial.

Essas mudanças são fundamentais para advogados e juízes, que precisam se adequar aos novos marcos legais ao lidar com casos de prescrição. Acompanhar as alterações legislativas é crucial para garantir a aplicação correta da lei e proteção dos direitos envolvidos.

FAQ

Artigo 117 do Código Penal trata das causas que interrompem a prescrição, impactando diretamente o cálculo do prazo prescricional e a trajetória do processo penal. A resposta do sistema de justiça a essas interrupções varia dependendo do evento ocorrido.

Quais eventos podem interromper a prescrição segundo o Artigo 117 do Código Penal?

O Artigo 117 lista eventos que interrompem a prescrição, como o recebimento da denúncia ou queixa, a pronúncia, a decisão confirmatória, a publicação de sentença ou acórdão condenatório, e o início ou continuação do cumprimento da pena. Esses eventos pausam e reiniciam o prazo prescricional.

Quais são as implicações da interrupção da prescrição para o réu e o processo penal?

Interromper a prescrição significa que o prazo para prescrição reinicia do começo, potencialmente prolongando o processo penal. Para o réu, isso pode resultar em maior incerteza e tempo sob investigação jurídica, enquanto o Estado ganha tempo adicional para buscar uma condenação.

Como a legislação brasileira trata a interrupção da prescrição na Lei de Execução Penal?

A Lei de Execução Penal também aborda interrupções de prescrição durante o cumprimento de penas. Interrupções podem ocorrer por eventos como fuga e recaptura do condenado, alterando o cálculo dos prazos. Isso garante que penas justas sejam cumpridas na íntegra.

De que forma a jurisprudência tem interpretado as causas interruptivas da prescrição penal?

A jurisprudência geralmente interpreta as causas interruptivas conforme mencionado no Artigo 117 do Código Penal. Entretanto, há discussões sobre a possibilidade de estender essas causas por analogia, como mostrado em alguns julgados específicos.

Após a interrupção da prescrição, como é calculado o novo prazo prescricional?

O novo prazo prescricional começa a contar do zero após qualquer evento interruptivo definido no Artigo 117. Isso significa que o tempo já passado antes da interrupção não é considerado, um ponto crucial no planejamento de defesa para o

réu e o encaminhamento do processo.

Existem diferenças nas causas interruptivas da prescrição no Código Penal e no Código de Processo Penal?

O Código Penal principalmente define as causas interruptivas de prescrição em si, enquanto o Código de Processo Penal pode lidar com as implicações processuais dessas interrupções. Ambos se complementam para garantir a devida execução da justiça penal no Brasil.